

Bibliotecas públicas e escolares: similaridades, enganos e possibilidades¹

Public and school libraries: similarities, mistakes and possibilities

Guilherme Fani Oliveira Machado da Costa

Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Bibliotecário na Secretaria Municipal de Educação de Niterói, Niterói, RJ, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1716-0269>

E-mail: guilhermefani@edu.unirio.br

Renata Oliveira da Silva

Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Professora na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2127-6597>

E-mail: renataosilva@edu.unirio.br

Daniele Achilles

Doutora em Ciência da Informação pela Universidad de Antioquia, Colômbia.

Professora do Departamento de Estudos e Processos biblioteconômicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3648-7282>

E-mail: daniele.achilles@unirio.br

Resumo

Apresenta uma reflexão sobre bibliotecas públicas e escolares enquanto instituições voltadas ao livre acesso, portando-se como espaços democráticos, as quais suas funções devem estar em consonância com a implementação de ações efetivas à luz dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes na Agenda 2030. Destaca que a redução das desigualdades, principalmente sociais e econômicas, estão atreladas a marcadores presentes nos 17 ODS, prezando pelo atingimento de uma das principais metas: o respeito a diversidade. A transversalidade deste tema aponta para o objetivo desta comunicação: trazer à reflexão a questão da ética do sujeito bibliotecário em sua prática profissional, considerando, sobretudo, questões relativas à organização da informação no contexto da organização do conhecimento. Essa perspectiva de posicionamento enfatiza o papel da biblioteca pública, bem como da biblioteca escolar nos processos e dinâmicas de formação cidadã dos seus frequentadores. Trata-se de uma pesquisa social, de cunho teórico, exploratória e descritiva. Utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com delineamento qualitativo. Traz como considerações finais aspectos éticos relativos a representação do conhecimento considerando o contexto dessas instituições frente ao fomento do caráter democrático que deve ser almejado a partir do desenvolvimento de ações efetivas. No mais, esta comunicação contribui para a aproximação do público que se identifica com os serviços e acervos disponibilizados colocando em pauta o direito à informação, a diversidade e as possibilidades.

Palavras-chave: biblioteca pública; biblioteca escolar; ética profissional; inclusão social; Agenda 2030.

¹ A versão preliminar deste texto foi submetida ao ENANCIB 2023, no entanto, por falta de subsídio financeiro não foi apresentado e tampouco publicado nos anais do evento. É importante ressaltar que a versão atual modificada é fruto dessa experiência investigativa anterior.

Abstract

It presents a reflection on public and school libraries as institutions geared towards free access, behaving as democratic spaces, whose functions must be in line with the implementation of effective actions in the light of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) present in the 2030 Agenda. It emphasises that the reduction of inequalities, especially social and economic inequalities, are linked to markers present in the 17 SDGs, striving to achieve one of the main goals: respect for diversity. The cross-cutting nature of this theme points to the aim of this communication: to bring up the issue of the ethics of librarians in their professional practice, considering, above all, issues relating to the organization of information in the context of the organization of knowledge. This perspective emphasizes the role of the public library, as well as the school library, in the processes and dynamics of the citizenship education of its users. This is a social, theoretical, exploratory and descriptive study. It uses bibliographical research with a qualitative approach as its methodological procedure. Its final considerations include ethical aspects relating to the representation of knowledge, considering the context of these institutions in terms of fostering the democratic character that should be aimed for through the development of effective actions. What's more, this communication contributes to bringing together the public that identifies with the services and collections made available by putting the right to information, diversity and possibilities on the agenda.

Keywords: public library; school library; professional ethics; social inclusion; Agenda 2030.

1. Introdução

Em “A moça do vestido amarelo” Conceição Evaristo (2017, p. 23) nos conta:

Dóris da Conceição Aparecida, desde o primeiro ano de vida, ao começar a falar, deixou os seus espantados. Abrindo os braços, espichando um dos dedos como se mostrasse alguém ou alguma coisa, balbuciou algo assim: “a-ma-e-lo, a-ma-e-lo”. [...] Um dia, aos sete anos, acordou sorridente dizendo que havia sonhado com a moça do vestido amarelo. A moça que ela via sempre e que alguns de sua família entendiam como sendo uma amiga imaginária da menina. Só a sua avó sabia muito bem de que moça a Sãozinha estava falando. Espantos tiveram todos, menos a avó. O sonho acordara Dóris, bem no dia de sua primeira comunhão. Não poderia Dóris ter sonhado outros sonhos? [...] Buscando se recuperarem do assombro, resolveram crer que nada seria mais católico do que a menina sonhar com a Mãe de Jesus. [...] Mas, entretanto, um detalhe não se ajustava bem. Por que a mudança da cor do manto da santa? [...] O padre, ao ser informado sobre o sonho da menina, foi lacônico e certo em direção à resposta. Com um tom de contrariedade na voz, olhou severo para a vó de Dóris, como se ela tivesse alguma culpa sobre o sonho da menina. [...] Dóris estava mais bonita naquela manhã e depois de narrar o sonho caiu em sono mais profundo do que tinha tido a noite inteira. Só quem conseguiu acordá-la foi a vó, Dona Induína, tocando algumas vezes na cabeça da menina. Na hora da comunhão, o rosto de Dóris se iluminou. Uma intensa luz amarela brilhava sobre ela. [...] Uma paz, nunca sentida, inundou a igreja inteira. Ruídos de água desenhavam rios caudalosos e mansos a correr pelo corredor central do templo. E a menina em vez de rezar a Ave-Maria, oração ensaiada por tanto tempo, cantou outro cumprimento. Cantou e dançou como se tocasse suavemente as águas serenas de um rio. Alguns entenderam a nova celebração que ali acontecera. A avó de Dóris sorria feliz. Dóris da Conceição Aparecida, cantou para nossa outra Mãe, para a nossa outra Senhora (Evaristo, 2017, p. 24-25).

Pedindo licença a Conceição Evaristo, nos valemos de sua poética e estética para abrimos essa reflexão. Essa comunicação trata da questão da diversidade, em amplo aspecto, diversidade de gênero, de orientação sexual, étnico-racial, religiosa, de idade e de pessoas com deficiência, pensando as bibliotecas como centros difusores de diversidade e de justiça social.

No trecho do texto literário é possível perceber, implicitamente, a hegemonia caucasiana-heteronormativa-cisgênero-cristã em um movimento de repreensão a religiosidade, aos conhecimentos e as manifestações culturais afro-brasileiras ancestrais. Este conto, eternizado no livro “Histórias de leves enganos e parecenças”, publicado pela primeira vez em 2016, permite, também, uma construção metafórica que aproxima as parecenças da biblioteca pública e da biblioteca escolar, bem como, demarca suas distinções, assim como seus leves enganos.

De pronto, é preciso demarcar neste texto o potencial que o sujeito bibliotecário possui para coibir preconceitos e discriminações através de uma prática profissional ética e reflexiva, sobretudo, em sua atuação na mediação da informação e das produções culturais, estabelecendo um diálogo plural com sua comunidade. Adichie (2019, p. 26) é decisiva ao afirmar que a “história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (cristalizada). As histórias importam! Essa máxima conduz a afirmação das muitas histórias, as mais diversas possíveis. Histórias podem empoderar e humanizar. Histórias “podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 32). Isto posto, é nítida a importância de estimular, nos espaços das bibliotecas públicas e escolares, uma enxurrada de histórias. Uma imensidão de narrativas representativas que rompam com o poder hegemônico engendrado até a contemporaneidade. É preciso substituir a “habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2019, p. 23). É preciso transpor o monólogo caucasiano-heteronormativo-cisgênero-cristão que narra as possibilidades de vida em todo o país e acreditamos que, a consciência ética profissional se configura como atitude potente na busca por esta transposição.

De acordo com Hooks² (2020, p 198): “o ato de partilhar narrativas pessoais, ligando este conhecimento à informação acadêmica, realmente aumenta nossa capacidade de conhecer.” Vê-se, então, uma possibilidade de enfrentamento tangível das situações discriminatórias - como racismo, machismo, LGBTQIAP+fobia, capacitismo, etarismo dentre outras - no país, ao reconhecer sua existência e adotar uma postura política e pedagógica que tenha como intenção a sua superação, contribuindo na formação orientada para a diversidade, buscando conduzir a sociedade a um novo rearranjo mais igualitário e inclusivo.

² A escolha por grafar o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, "bell hooks", em letra minúscula respeita seu posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção a sua obra, suas reflexões e não em sua pessoa.

Neste sentido, o objetivo desta comunicação é abordar as definições de biblioteca pública e biblioteca escolar, considerando possíveis semelhanças em suas ações cotidianas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, sem desconsiderar, no entanto, suas particularidades. Para tanto, refletir-se-á a questão da **ética do sujeito bibliotecário** em sua **prática profissional**, questões relativas à **organização da informação** no contexto da organização do conhecimento e o papel da biblioteca pública e biblioteca escolar na **formação cidadã** de seus usuários. Essa investigação se caracteriza como uma pesquisa social, teórica, qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. Metodologicamente optou-se por utilizar a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico para manejar as discussões aqui propostas. Assim, se apresenta como uma elaboração textual inicial da pesquisa em andamento, compreendendo que a interlocução no GT 12 deste evento, pode abrir caminhos para a descoberta de novas dimensões de análise e possibilidades da temática estudada.

Esse texto está organizado em 4 partes, a saber: Introdução, Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares: Compromisso com a formação cidadã, Compromisso ético profissional com a perspectiva da diversidade e Considerações finais.

2. Bibliotecas Públicas e bibliotecas escolares: compromisso com a formação cidadã

Em linhas iniciais, é preciso salientar que não há “biblioteca” no singular. Existem bibliotecas na pluralidade. A biblioteca pública é tão diferente da biblioteca escolar quanto de uma biblioteca universitária. Fonseca (2007, p. 49) enfatiza que é preciso compreender a biblioteca menos como “coleção de livros” e mais como espaço de intercâmbio e diálogo, de mobilização de saberes, espaço onde o latente desejo de ir além precisar ser incentivado, encorajado e apoiado para que cada usuário possa, naquele instante, superar-se a si mesmo e galgar mais um degrau na indelével escada do conhecimento humano. É neste lugar, então, que residem as parencças. Todas as bibliotecas, sejam elas quais forem, serão sempre espaços de emancipação humana.

O caráter democrático das bibliotecas públicas vem sendo reafirmado a cada publicação dos Manifestos sobre Bibliotecas Públicas da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA)/ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) (1949; 1972; 1994; 2022). Em especial a última edição do Manifesto destaca o acesso à informação como condição essencial para os cidadãos “exercerem seus direitos

democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2022, p. 1). A igualdade de acesso não se restringe às dependências e serviços bibliotecários, este acesso igualitário também deve estar representado no acervo, devendo ser inclusivo ao “refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade”, portanto “as coleções e os serviços não devem estar sujeitos a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2022, p. 2).

As bibliotecas escolares, por sua vez, possuem igualmente o caráter democrático na sua atuação. A biblioteca escolar contribui na formação do estudante a fim de que este possa se tornar um cidadão atuante ao longo da vida. Os serviços da biblioteca escolar pautam-se na igualdade de acesso e de acordo com o Manifesto para as Bibliotecas Escolares (International Federation of Library Associations and Institutions, 2000, p. 2) “devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar” e “não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais”.

A IFLA compreende também, em amplo sentido, a biblioteca escolar como um espaço de aprendizagem, um espaço:

físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural (International Federation of Library Associations and Institutions, 2016, p. 19).

Além disso, a IFLA apresenta como objetivo de todas as bibliotecas escolares “desenvolver alunos letrados em informação que participem responsável e eticamente na sociedade” (International Federation of Library Associations and Institutions, 2016, p. 9). Determina, também, em suas diretrizes para bibliotecas escolares, a recomendação nº 3 onde descreve:

Deve ser posto em prática um plano para o desenvolvimento das três características necessárias para o sucesso de uma biblioteca escolar: um bibliotecário escolar qualificado; uma coleção que apoia o currículo da escola; e um plano explícito para o crescimento e desenvolvimento da biblioteca escolar (International Federation of Library Associations and Institutions, 2016, p. 12).

Quanto à atuação do bibliotecário escolar, a IFLA (2016, p. 32) determina cinco papéis-chave “ensino, gestão, liderança e colaboração e envolvimento da comunidade”.

Em uma direção similar encontra-se a biblioteca pública, compreendida pela IFLA como uma organização:

criada, mantida e financiada pela comunidade, quer através da administração local, regional ou central, quer através de outra forma de organização comunitária. Disponibiliza acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e a obras criativas, através de um leque alargado de recursos e serviços, estando disponível a todos os membros da comunidade independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e nível de escolaridade (International Federation of Library Associations and Institutions, 2013, p. 13).

Seu objetivo principal é “fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer” (International Federation of Library Associations and Institutions, 2013, p. 13).

No que tange a sua atividade profissional, cabe ao bibliotecário, cumprindo seu ofício em uma biblioteca pública, atuar no planejamento e administração desta mesma, na disseminação da informação, no marketing da biblioteca, na organização da informação, na avaliação e acompanhamento dos serviços e equipe, gestão da infraestrutura, desenvolvimento das coleções e formação do usuário (International Federation of Library Associations and Institutions, 2013, p. 68-69).

Em sinergia com o que é proposto pelas diretrizes da IFLA, Lankes (2023, p. 3, tradução nossa) afirma que “às bibliotecas são, desde um ponto de vista democrático, um instrumento de diálogo, debate e ação”. Refletindo o compromisso que as bibliotecas possuem para a formação cidadã de seus usuários. A ver:

Para que um povo governe a si mesmo, deve estar equipado (empoderado) para governar. Não se trata somente de eleições, sem a responsabilidade de um povo para supervisionar os líderes eleitos. Uma obrigação de estar informado sobre os assuntos e impulsionar as ideias necessárias para que uma sociedade civil prospere (Lankes, 2023, p. 2, tradução nossa).

No Brasil, biblioteca pública e biblioteca escolar, historicamente têm as suas funções mescladas. De acordo com Milanesi (1983) essa fusão toma forma a partir da década de 1970. Mas, é possível observar tal situação muito antes disso, como relata Mueller (1984) ao se referir às demandas sociais voltadas ao controle social e ao processo de alfabetização de trabalhadores em virtude da industrialização e da urbanização. O baixo investimento em bibliotecas escolares pelo poder público direcionou os esforços governamentais em adaptar a biblioteca pública ao atendimento escolar, formalizada inicialmente através da adequação do acervo. Assim, Milanesi (1983, p. 54) afirma que “a primeira medida foi a compra de obras adequadas: as enciclopédias”. Nota-se, assim, que a inserção deste público acarretou a adaptação do acervo da instituição que precisou se adequar para atender os estudantes e o amplo público.

Percebe-se então que apesar dos “leves enganos”, há maiores parecenças entre estes dois tipos de bibliotecas, afinal elas podem ser vistas como complementares ou codependentes. O compromisso na mediação da informação, no envolvimento com a comunidade e na formação de seus usuários para a vida em sociedade deixa transparecer seus *ethos* democrático em prol da cidadania. À vista disso, evidencia-se a centralidade da atenção quanto às diversidades no labor cotidiano dos bibliotecários, das bibliotecas públicas e bibliotecas escolares.

3. Compromisso ético profissional com a perspectiva da diversidade

Em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a Agenda 2030 como um plano de ação para o planeta, para as pessoas e para a prosperidade. A Agenda 2030 busca fortalecer a paz mundial, garantindo as liberdades individuais e as soberanias nacionais. Neste sentido, são estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que buscam "concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 1)".

Neste contexto, as bibliotecas assumem um papel de importância na construção das sociedades democráticas sendo consideradas instituições que contribuem no desenvolvimento do cidadão. Assim, apresentam-se como espaço favorável às discussões que envolvem a consolidação dos direitos humanos, em especial aquelas apresentadas pela Agenda 2030 que tem entre seus propósitos “que ninguém seja deixado para trás” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 1).

Desta forma, busca-se debruçar a reflexão da atuação do sujeito bibliotecário pautado na proposição do Objetivo 10, da Agenda 2030, que tem como objetivo a redução das desigualdades. Em especial a meta 10.2 que determina “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 29).” Para tanto, salienta-se que neste texto a ideia de diversidade se dá a partir da Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2002, p. 3), que a conceitua no Artigo 1 como a "pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade", com base nisso, faz-se necessário pensar sobre os

espaços e os fazeres das bibliotecas públicas e bibliotecas escolares para assegurar uma convivência "harmoniosa e o desejo das pessoas e dos grupos de interagir com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas" (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2002, p. 3).

Ampliando a reflexão, cabe ressaltar também a definição de diversidade elaborada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, que endossa a não neutralidade dos sujeitos, quando afirma:

A diversidade no espaço escolar não pode ficar restrita às datas comemorativas, ou pior, invisibilizada. [...] Estamos reafirmando que o currículo escolar não é neutro. A diversidade está presente em cada entrelinha, em cada imagem, em cada dado, nas diferentes áreas do conhecimento, valorizando-a ou negando-a. É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas. É da relação entre educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre os educandos/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, 2009, p. 33).

À vista disso, entende-se que não há bibliotecas neutras. Lankes (2023, p. 3, tradução nossa) argumenta que "a ideia de objetividade e neutralidade das bibliotecas não somente tem sido questionada seriamente, mas que em muitas partes do mundo têm sido abandonadas". Nesta direção Betancur (2002, p. 7, tradução nossa) endossa, também, a necessidade que tem a biblioteca pública de abandonar a sua "suposta neutralidade que tem se caracterizado com o propósito face aos compromissos que exigem assumir nas condições atuais e conceber-se como um projeto político e social". Embora a autora direcione sua fala às bibliotecas públicas, pode-se estender essa orientação às bibliotecas escolares, uma vez que o ambiente escolar é o lócus latente do fazer pedagógico que é político e social. Deste modo, evidencia-se que as bibliotecas devem cumprir seu papel de ativistas na alfabetização informacional, nas atividades de representação e organização do conhecimento e na contribuição para a difusão da diversidade e da justiça social.

No contexto informacional atual, a informação circula de forma dinâmica e cada vez mais o acesso seguro a ela impõe-se como uma questão relevante. As atividades que perpassam a representação e a organização do conhecimento se apresentam envolvidas por questões éticas pois, como explicam Guimarães e Pinho (2007, p. 2) "tanto o sistema quanto o processo de representação devem estar imbuídos de uma preocupação com a utilidade e recomendação para determinado público".

Nesse processo, Guimarães e Pinho (2007, p. 20) destacam a importância do "profissional da informação em relação a uma concepção de bem fazer e bem atuar", uma vez

que a representação da informação do acervo disponibilizadas em centros de informação, como as bibliotecas, devem se aproximar do seu público.

Este olhar dialoga, também, com o que propõem Guimarães (*et al.*, 2008, p. 142-143) ao abordar a ética, no contexto da ética profissional, ao dizer que ela:

assume um papel preponderante, principalmente no que se refere a sua dimensão profissional, enquanto conjunto de valores que um dado segmento social, caracterizado pela especificidade de um saber e de um fazer, estabelece como necessários e fundamentais ao exercício dessa profissão, levando à discussão da responsabilidade profissional (Guimarães, 2006, p. 237 *apud* Guimarães *et al.*, 2008, p. 142-143).

Quanto à utilidade social da informação, Guimarães *et al.* (2008, p. 145) vão abordar o compromisso que o sujeito bibliotecário precisa assumir junto a sua comunidade de usuários, de forma que a informação esteja acessível, pronta para ser utilizada, da melhor forma possível, no seu cotidiano. Quanto à responsabilidade social, os autores elaboram que:

a responsabilidade social refere-se, por exemplo, ao compromisso com a disponibilização, aos usuários, de uma coleção o mais completa e equilibrada possível, distanciando-se de aspectos relativos à censura ou discriminação, por vezes determinados pelo ambiente externo (Guimarães *et al.*, 2008, p. 145).

Considerar os estudos sobre ética na representação e na organização do conhecimento evidencia-se como ação primordial, uma vez que “a mesma se estabelece à medida que se torna uma noção de limite de poder (controle), pois se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de qualquer ideologia” (Guimarães; Pinho, 2007, p. 21-22). Portanto, o sujeito bibliotecário, em sua atuação profissional, deverá atuar contra o que Guimarães e Pinho (2007, p. 21) vão identificar como “*misrepresentation*”, ou seja, a presença de aspectos subjetivos, por vezes discriminatórios, nas atividades e nos instrumentos utilizados pelos profissionais bibliotecários (Guimarães; Pinho, 2007, p. 21). Buscar, de toda forma possível, combater o preconceito de gênero, raça, classe e sexualidade em suas atividades de organização e representação do conhecimento, garantindo ao usuário dados sobre os documentos existentes e as múltiplas abordagens utilizadas em seu processamento.

Guimarães e Pinho (2007, p. 26-27) sustentam que Olson (2002) preconizou

que o profissional detém, no momento em que representa o conteúdo do documento, a preferência pela escolha do conceito, denominando-o de poder de nomear ou de rotular (*labeling*). Portanto, a escola de acesso ao assunto, que não é dotada de neutralidade, reflete os valores dominantes de uma sociedade em seus substitutos para acesso ao tema, justamente porque essa seleção de conceitos - inclusão e exclusão - é passível de desvios e marginalizações (Olson, 2002 *apud* Guimarães e Pinho, 2007, p. 26-27).

Outrossim, Hooks (2020, p. 223), também produz uma potente reflexão quanto ao poder de rotular ao afirmar que “as palavras se impõem, lançam raízes na nossa memória contra a nossa vontade”. A representação do conhecimento é, pois, lócus de construções subjetivas, capazes de criar identidade e comunidade, porém, para tanto, se faz essencial “tomar posse da língua como um território onde nos transformamos em sujeitos” (Hooks, 2020, p. 224).

É importante buscar traduzir a temática dos documentos de forma ética e cortês, visando lançar luz aos assuntos que perpassam o contexto da diversidade aludido neste texto. Considerando as bibliotecas escolares e públicas como espaços seguros, que devem passar aos seus usuários confiança, a representação do conhecimento deve agir de forma crítica e atenta às atividades que podem refletir discriminação e exclusão.

Foucault (1999, p. 177) também aborda a questão da linguagem ao afirmar que "as coisas beiram as margens do discurso, porque aparecem no âmago da representação." Ele elucidada, em outro momento, as questões subjetivas que atravessam a linguagem e a descrição, produzidas por sujeitos cognoscentes formados em múltiplos contextos, quando reflete sobre o estatuto do saber, a ver:

Essas quatro variáveis [...] especificam a extensão que se oferece à representação, o bastante para que seja possível articulá-la numa descrição aceitável por todos: perante o mesmo indivíduo, cada qual poderá fazer a mesma descrição; e, inversamente, a partir de tal descrição, cada um poderá reconhecer os indivíduos que a ela correspondem. Nessa articulação fundamental do visível, o primeiro afrontamento entre a linguagem e as coisas poderá estabelecer-se de uma forma que exclui toda incerteza (Foucault, 1999, p. 183).

Evidenciada a centralidade da questão da ética profissional, bem como a linguagem nos processos de representação e organização do conhecimento, cristaliza-se que, ao profissional da informação caberá:

o encargo de assegurar a diversidade do acesso às informações culturais e pessoais, os quais atuam no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de representação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos. É seu papel evitar que os desvios sejam disseminados através do fazer profissional (Guimarães; Pinho, 2007, p. 29).

Guimarães e Pinho (2007) propõem algumas contribuições para garantir que os diversos sujeitos possam ter suas individualidades preservadas e refletidas em um sistema de representação do conhecimento. De acordo com os autores,

a ética transcultural de mediação que considera a cultura como um sistema dialógico e interativo, superando visões dominantes e reducionistas; a hospitalidade cultural que possibilita a uma mesma notação bibliográfica agregar diversas garantias culturais; e o multilingüismo que referencia o tratamento igualitário entre as línguas envolvidas em um tesouro multilíngüe. Então, esses fatores auxiliam na compreensão de que a

diversidade cultural deve ser representada de forma a garantir a identidade de cada uma, não através de confrontos, mas da aceitação e diálogo (Guimarães; Pinho, 2007, p. 33).

Em "*Nine Principles of Knowledge Organization*" Hjørland (2007, p. 6) aborda a questão da representação do conhecimento acessível ao aprofundar o conceito de "polirrepresentação" do conhecimento. Ele pondera que, em determinados contextos, é importante transpor as fronteiras disciplinares em que se costuma determinar os descritores de certos itens informacionais, no momento da representação da informação. Baseando sua análise no contexto de cerceamento ao acesso à informação quando há limitação da abordagem, de modo a restringir a representação do conhecimento com termos extremamente específicos em determinados campos científicos e o reflexo negativo que o usuário potencial poderá enfrentar no impedimento ao acesso.

Em estudo mais recente, Hjørland (2022, p. 441) trata questões acerca dos estudos terminológicos, linguagens para propósitos especiais, semântica de bases de dados e análise do discurso. O autor também trará à baila a questão da "suposta neutralidade" nas linguagens documentárias e como estas são influenciadas por questões subjetivas relativas à formação dos sujeitos que as constroem e utilizam, a ver:

A crítica qualificada talvez seja capaz de mostrar que a suposta neutralidade e objetividade das linguagens são, de fato, influenciadas por visões teóricas das pesquisas positivistas. Ao contrário de outras epistemologias, o positivismo não admite suas influências teóricas, mas reivindica objetividade (Hjørland, 2022, p. 443, tradução nossa).

No contexto da representação e organização do conhecimento Hjørland (2002) propõe abordagem para uso de "linguagem para propósitos especiais" Considerando, em linhas gerais, que:

1) signos e significados construídos por grupos sociais distintos; 2) diferentes comunidades produzirão tipos distintos de documentos e o valor atribuído aos pontos de acesso serão estabelecidos a partir das convenções específicas de cada comunidade; 3) que as comunidades discursivas/epistêmicas citadas no item 2 são influenciadas por várias normas epistêmicas e tendências que também influenciam suas construções de sistemas de representação, mídia, conhecimentos, significados e semânticas; 4) Quando documentos são inseridos em bases de dados, informações sobre significados implícitos e seus contextos anteriores são perdidas. Quanto maior a base de dados, maior a possibilidade de perda de informações implícitas (Hjørland, 2022, p. 445-446, tradução nossa).

Percebe-se, ao fim, o movimento argumentativo que os autores supracitados constroem de maneira que evidenciam os aspectos que influenciam negativamente o acesso à informação. Quando particularidades como contextos que as informações foram produzidas, linguagem

documentária acessível aos grupos de usuários, ética na representação do conhecimento e criticidade no uso das linguagens documentárias são desconsiderados.

4. Considerações finais

Pensar em bibliotecas no plural, democráticas, não se restringe somente à frequência de um público diverso, seja na biblioteca escolar, seja na biblioteca pública. A composição do acervo, a sua organização, representação e as condições de acesso a ele devem refletir este cuidado. É dever do sujeito bibliotecário buscar traduzir a temática dos documentos de forma ética e cortês, visando lançar luz aos assuntos que perpassam o contexto da diversidade aludido neste texto.

A subordinação temática é sempre ideológica. O viés de quais assuntos descritos são marcados por privilégios de diferentes ordens. Nesse sentido, quais assuntos são preteridos? Eles carregam consigo forte dose de subjetividade do sujeito que trata aquela informação? Outrossim, sedimenta-se a centralidade da garantia de acesso à informação, de maneira ética e socialmente posicionada, pois, no processo de formação cidadã, a educação é, para além de meio de adquirir informações é, também, meio de garantir integridade, empoderamento, libertação e transcendência. Educação é “sobre encontrar e reivindicar a nós mesmos e nosso lugar no mundo” (Hooks, 2019, p. [245]). No excerto do conto “A moça do vestido amarelo”, que abre este texto, não se vê abertamente descrita a etnia de nenhum personagem, a cor de suas peles, suas crenças religiosas anteriores ao que parece ter sido socialmente imposta. Todas estas nuances são mobilizadas no subjetivo dos indivíduos que realizam a leitura do conto. O que se propõe ao longo de toda reflexão deste texto é um olhar cuidadoso às diversidades por parte do sujeito bibliotecário, em seu ofício, alertando que é necessário abriremos espaço para essa reflexão como uma das possibilidades de investigação acadêmica. Nesse sentido, atentar para o fato de que este sujeito consiga olhar as entrelinhas do não dito, consiga refletir sua prática para que ela não seja automatizada e sim que este sujeito seja ator num processo de mobilização e educação social.

É primário orientar a prática profissional na comunidade de usuários, compreendendo, entretanto, que o sujeito bibliotecário também é parte integrante desta comunidade e que é seu dever ético garantir que as produções informacionais de/sobre grupos sociais diversos estejam bem representadas, garantir seu protagonismo e sua existência. Cada um desses agentes

envolvidos no processo da organização e representação da informação são relevantes e, como afirma Hjørland (2003, p. 88, tradução nossa), “Cada um desses atores traz consigo certos pré-entendimentos, visões, conceitos e linguagens adquiridos principalmente durante a socialização na sociedade”. Portanto, é dever deste profissional, também, provocar o diálogo com sua comunidade, incentivando os grupos sociais ditos hegemônicos a refletirem sua posição no mundo, buscando uma convivência harmônica e a construção de uma sociedade mais justa e diversa.

Ademais, considerar os aspectos éticos da representação do conhecimento no contexto das instituições bibliotecárias reafirma o processo democrático que se quer representados nestas instituições e contribui para a aproximação do público que se identifica com os serviços e acervo disponibilizados. O reconhecimento da diversidade na constituição da sociedade contribui para a inclusão de grupos que historicamente sofrem com práticas discriminatórias.

Desta forma, sublinha-se que a pesquisa em torno desta temática não se encerra aqui uma vez que a questão central da inclusão e diversidade que envolve a sociedade e as instituições apresenta-se em construção. Para tanto, destaca-se que os apontamentos desta comunicação não se encontram finalizados e precedem as etapas posteriores da pesquisa que se complementam com o levantamento de dados e análise de conteúdo.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BETANCUR, A. M. La biblioteca pública en la perspectiva del desarrollo local: una estrategia para la democracia. *In: IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE*, 68., 2002, Scotland. **Proceedings...** Glasgow: IFLA, 2002. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla68/papers/124-084s.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – IMS/UERJ. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em 13 jun. 2023.

EVARISTO, C. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Brique de Lemos, 2007.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. *et al.* Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-152, jun./jul., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2670>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19–39, 2007. DOI: 10.5433/1981-8920.2007v12n1p19. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, ago. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 13 jun. 2023.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 30, p. 87 – 111, 2003. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HJØRLAND, B. Nine principles of knowledge organization. **Digital Library of Information Science & Technology (DLIST)**, Arizona, 2007. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/106195>. Acesso em: 13 jun. 2023.

HOOKS, B. Educação democrática. *In*: EDUCAÇÃO contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em 12 jun. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública**. 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em 12 jun. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 2000.

Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em 12 jun. 2023.

LANKES, R. D. El papel vital de las bibliotecas y la democracia necesita protección. **Clip de SEDIC**: Revista de la Sociedad Española de Documentación e Información Científica, Madrid, n. 87, p. 1-6, 2023. Disponível em: <https://edicionsedic.es/clip/article/view/112/80>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 20 jun. 2021.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. [15 set. 2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração universal sobre a diversidade cultural**: CLT.2002/WS/9. 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160>. Acesso em: 16 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The public library**: a living force for popular education. 1949. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147487>. Acesso em: 15 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1972.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The IFLA-UNESCO public library manifesto 2022**. 18 jul. 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Artigo submetido em: 01 jun. 2024

Artigo aceito em: 29 jul. 2024